

OLIVEIRA, Gilvan Müller (2016). O Sistema de Normas e a evolução demolinguística da Língua Portuguesa. In ORTIZ, Maria Luisa Álvarez e Gonçalves, Luis (Orgs.) O Mundo do Português e o Português no Mundo afora: especificidades, implicações e ações. Campinas, Pontes, pp. 25-43.

O sistema de normas e a evolução demolinguística da língua portuguesa¹

Gilvan Müller de Oliveira (UFSC/IPOL)

Resumo

O sistema de normas da língua portuguesa tem se caracterizado, desde o início do século XX, pelo dualismo entre os processos de normatização do Brasil e de Portugal, o que conduziu a *duas normas não-cooperativas*. A norma portuguesa foi adotada pelas novas nações independentes de língua portuguesa após 1975. Dados de projeção demográfica dos países de língua portuguesa até 2100 apontam para um crescimento populacional elevado dos PALOP nas próximas décadas, especialmente Angola e Moçambique, e para um decréscimo populacional de Brasil e Portugal, de tal maneira que uma grande parcela dos falantes da língua estaria na África Meridional (Angola e Moçambique) na virada para o século XXII. Este texto discute os processos normativos da língua e explora preliminarmente cenários para a gestão do *sistema de normas* da língua portuguesa à luz de alterações geopolíticas previstas para a segunda metade do século XXI.

Palavra-chave: língua portuguesa, norma linguística, línguas pluricêntricas, demografia linguística.

Introdução

Norma linguística, na definição de Eugênio Coseriu, seria um constructo linguístico abstrato situado entre a Língua e a Fala, conceitos desenvolvidos previamente por Saussure: “um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e que varia segundo a comunidade” (Coseriu [1987], apud Leite, 2006, 180). Para Leite (2006, 180) “a norma é aquilo que já se realizou e, teoricamente, sempre se realizará no grupo social; é a tradição à qual todos estão submetidos e obedecem sem sentir. A qualquer tentativa de ruptura dessa tradição, há reação”.

Já as sociolinguísticas, em especial a de cunho laboviano, associarão a ideia de norma linguística a usos que identificam grupos sociais específicos. Nesta acepção, a norma de prestígio, a norma culta ou a norma erudita, são algumas das normas linguísticas que estruturam uma sociedade, convivendo com a norma da classe trabalhadora urbana, ou a norma do campesinato, entre outras.

¹ Uma versão em inglês deste texto foi publicada em Rudolf Muhr (in collaboration with Eugênia Duarte, Amália Mendes, Carla Amóros Negre and Juan A. Thomas (eds.). Pluricentric Languages and non-dominant Varieties worldwide: Volume 2: The pluricentricity of Portuguese and Spanish: New concepts and descriptions. Frankfurt a.M. / Wien u.a., Peter Lang Verlag (2016), p. 31-45.

Finalmente, podemos ver a norma linguística como um *produto* linguístico decorrente de um *processo* de intervenção sobre a língua que se inicia com a *seleção de uma variedade*, avança pela sua *codificação*, passando em seguida pela sua *implementação* ou *promoção*, atuando, ao longo de todo o processo, na sua *elaboração* ou *cultivo*, processos levados a cabo em geral, historicamente, por um Estado Nação, com o objetivo de regular usos oficiais ou autorizados. Esta *norma* assim criada é oferecida/imposta à sociedade por uma variedade de instrumentos, em que se destaca tradicionalmente a educação pública. Assim, Haugen (1983) vê a norma como ato e produto da *planificação linguística*, o que pode ser expresso no seguinte esquema:

	Norma	Função
Sociedade	1. Seleção	3. Implementação
Língua	2. Codificação	4. Elaboração

Tabela 1: Planificação Linguística (Haugen, 1983)

É nesse último sentido que se pode dizer que uma língua é *pluricêntrica*, na acepção de Clyne (1992) e Muhr (2012), isto é, é elaborada por centros normatizadores (nacionais) diferentes, tomando por base diferentes variedades históricas, e submentendo-as a instrumentação diversa, muitas vezes de origem ideológica, epistemológica e técnica diferentes, e também com diferentes espaços de circulação e, conseqüentemente, diferentes alcances geopolíticos. *Codificação*, *fixação* e *transmissão* são elementos centrais desta acepção de norma, bem como os conceitos de *instrumentos* e *dispositivos* linguísticos, que realizam ou concretizam estas intervenções.

Processos de normatização da língua portuguesa

A normatização da língua portuguesa, em sua primeira fase, ocorreu de modo monocêntrico durante o estabelecimento e evolução do Estado português, um dos mais precoces Estados-Nação da Europa, mas em um ritmo mais lento que outras línguas europeias, tais quais o francês ou o espanhol, de tal maneira que alguns dos instrumentos importantes no processo de normatização, como o dicionário monolíngue, somente ficaram prontos no século XIX. Além disso, o português nunca teve uma *Academia de Língua* que pudesse se projetar no futuro como a instituição incontestada da normatização da língua, como ocorreu com a *Real Academia Española* ou a *Académie Française*².

Com a divisão do *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* em duas partes – o Reino de Portugal e o Império do Brasil – em 1822, estavam lançadas as sementes para que a normatização da língua passasse a ser feita de forma bicêntrica, como efetivamente passou a ocorrer a partir da segunda metade do século XIX, com o projeto, do Romantismo, de uma *língua literária nacional* e mais decididamente durante o século

² Vide o papel menos central, em relação com as suas supostas congêneres do espanhol e do francês, que desempenham hoje a *Academia de Ciências de Lisboa*, criada no século XVIII, ou a *Academia Brasileira de Letras* (Nunes, 2015), do Rio de Janeiro, do final do século XIX.

XX, com contornos mais concretos depois da *ruptura ortográfica de 1911*, processo que será descrito em outro texto (Oliveira, 2016, no prelo).

O produto de cerca de cem anos de normatização relativamente independente foi o estabelecimento de um sistema com duas normas de validação e circulação excludentes, que competem geopoliticamente entre si e cujo processo de elaboração é realizado, muitas vezes, com intenções divergentes. O produto desta *normatização divergente*, como expõe Carlos Reis (2009, 7), conduz já em alguns casos e em determinados países estrangeiros, à percepção da existência de duas línguas, o *português europeu* e o *português brasileiro*: “(...) A unidade do português, no espaço transnacional onde ela existe, é algo vacilante, quase no limite da fragmentação (...)”.

O sistema de normas do português estrutura-se, portanto, até o início do século XXI de forma bicêntrica, e a partir de então temos indícios do crescimento do interesse dos demais países de língua portuguesa, em especial Moçambique e Angola, no reconhecimento das variedades do português faladas pela sua população e na elaboração das suas próprias normas (Santos, 2010). *O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*, assinado por todos os países de língua portuguesa no sentido de reunificar a ortografia da língua, é um marco na transformação de um sistema de gestão dual em um sistema plural e multilateral, com a participação de todos os países (Ferreira et alii, 2012).

Podemos definir o *sistema de normas* de uma língua como a relação de força entre as diferentes normas, os seus processos de coordenação e negociação, bem como os conflitos entre as normas e as soluções dadas por cada uma. Compõem ainda o sistema de normas os mecanismos que permitem a cada norma reproduzir a subordinação de espaços políticos regionais ou nacionais privados do desenvolvimento de normas próprias, isto é, as suas *variedades nacionais/regionais tributárias*. O seguinte grafismo permite visualizar estas relações para a língua portuguesa no atual momento histórico (2015):

O Sistema de Normas do Português em 2015

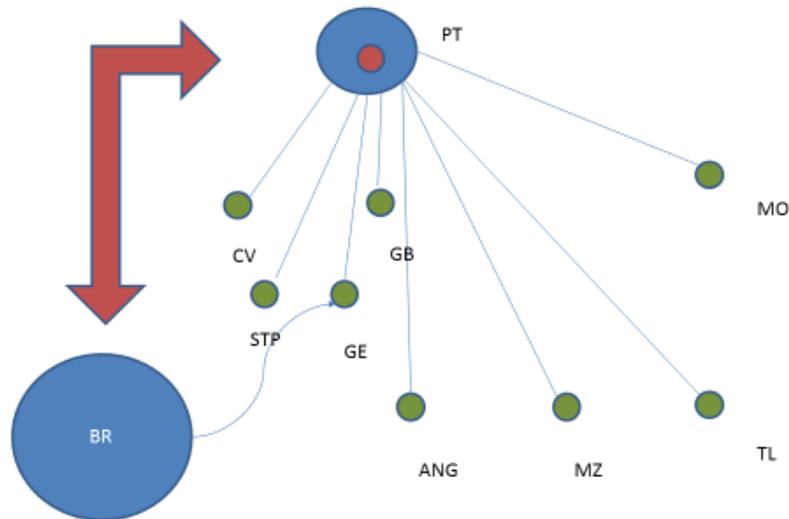


Figura 1: Português: O Sistema de Normas em 2015

Este grafismo mostra, em círculos azuis, as duas normas estabelecidas da língua portuguesa, a *portuguesa* e a *brasileira*. Enquanto que a norma brasileira tem o seu âmbito de validade exclusivamente no próprio Brasil (exceto evidentemente como língua estrangeira ou como língua de herança), os demais espaços nacionais na África e na Ásia são tributários da norma portuguesa, o que fica expresso pelos traços azuis que ligam cada espaço destes individualmente à norma portuguesa. Os espaços nacionais não-gestores das suas próprias normas linguísticas têm a cor verde; o espaço de Portugal, no entanto, mostra que a norma portuguesa, expressa pelo círculo azul, é maior do que o próprio alcance demolinguístico de Portugal, expresso pelo círculo vermelho menor, porque acumula os dividendos de ser a norma de outros espaços tributários.

Uma linha curva liga ambas as normas, brasileira e portuguesa, ao espaço da Guiné Equatorial, país que adotou a língua portuguesa como oficial apenas em 2011, e que não estabeleceu uma subordinação tributária clara a nenhuma das duas normas, pelo menos até o momento. Finalmente, a seta vermelha indica o principal campo de força da relação entre as normas da língua: a relação entre os dois centros gestores do *sistema de normas*, Brasil e Portugal.

Falada por um número estimado de 231 a 267 milhões de pessoas em quatro continentes, inclusive por cerca de 6 milhões nas diásporas, a língua portuguesa é a quinta língua mais usada na Internet, com um número estimado de 131 milhões de usuários (Internet Stats, 2015), é oficial em 5 blocos econômicos regionais e em 27 organizações internacionais (Oliveira, 2013). O fato de ser oficial hoje, no entanto, não mais em dois, mas em dez países – nos nove Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na Região Administrativa Especial de Macau

(RAEM), na República Popular da China, começa a ter consequências importantes para o seu *sistema de normas*.

Podemos postular, assim, que o processo de normatização da língua portuguesa passou/tem passado pelos seguintes momentos:

Normatização da Língua Portuguesa		
• Monocêntrica	Séculos XVI-XIX	Portugal
• Bicêntrica	Séculos XIX-XX	Portugal e Brasil
• Pluricêntrica	Século XXI	Países da CPLP

Tabela 2: Tipos/âmbitos de Normatização da Língua Portuguesa

É com o intuito de colaborar na reflexão sobre as possíveis modificações na gestão do *sistema de normas* da língua portuguesa no século XXI que tomamos e reorganizamos dados de projeção demográfica da *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat*, entidade técnica que há muitas décadas acompanha, com uma equipe internacional de grande reconhecimento, a evolução demográfica dos estados-membros da ONU, com o objetivo de fornecer insumos técnicos, nesta área para as decisões das Nações Unidas:

The Population Division was established in the earlier years of the United Nations to serve as the Secretariat of the then Population Commission, created in 1946. Over the years, the Division has played an active role in the intergovernmental dialogue on population and development, producing constantly updated demographic estimates and projections for all countries, including data essential for the monitoring of the progress in achieving the Millennium Development Goals, developing and disseminating new methodologies, leading the substantive preparations for the United Nations major conferences on population and development as well as the annual sessions of the Commission on Population and Development.

The United Nations Population Division assists the Department of Economic and Social Affairs in discharging its functions as member of the Global Migration Group. It provides programmatic support to the Special Representative of the Secretary-General for International Migration and Development. It co-chairs the Population cluster of the Executive Committee on Economic and Social Affairs (EC-ESA), together with the Population Division of ECLAC.

(...) the Population Division provides substantive support on population and development issues to the United Nations General Assembly, the Economic and Social Council and the Commission on Population and Development. It also leads or participates in various interagency coordination mechanisms of the United Nations system. The work of the Division also contributes to strengthening the

capacity of Member States to monitor population trends and to address current and emerging population issues. (ONU, 2016)

Os dados, com os quais as tabelas abaixo foram produzidas, são os disponibilizados pelo *World Population Prospects (WPPs), the 2012 Revision*, a versão disponível desta plataforma de previsões no momento em que este artigo foi escrito, e que alcança até o ano de 2100. Os WPPs constituem-se nas bases mais confiáveis que temos para este fim, dada a vasta experiência da Population Division.

São 267,88 milhões os habitantes nos países de língua portuguesa em 2015, embora saibamos que, no atual momento histórico, nem todos são falantes de português, especialmente em países como Timor-Leste, Guiné Bissau ou Moçambique, dado que o português convive, nos países membros da CPLP, com outras 339 línguas (Oliveira, 2013), nas quais muitos cidadãos são monolíngues. Por esta razão, as porcentagens de falantes da língua portuguesa no Brasil e em Portugal, dois países em que a quase totalidade da população fala efetivamente português, serão, na verdade, superior aos 76,02% e aos 3,90% indicados pelos dados.

ANGOLA	22,82	8,51%
BRASIL	203,65	76,02%
CABO VERDE	0,508	0,19%
GUINÉ BISSAU	1,78	0,66%
GUINÉ EQUATORIAL	0,00	0%
MOÇAMBIQUE	27,12	10,12%
PORTUGAL	10,61	3,90%
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	0,203	0,07%
TIMOR-LESTE	1,17	0,43%
TOTAL	267,88	99.90%

Tabela 3: População dos Países de Língua Portuguesa em 2015 (em milhões)

A tabela acima demonstra a grande concentração de falantes da língua num único país, o Brasil, bem como a importância relativa de dois outros países, Moçambique e Angola, que, *apesar* de terem, na sua população, um grande número de não-falantes de

português, equivalem ou ultrapassam já o número de falantes de português em Portugal.

Para a sequência dos argumentos é importante considerar a tabela abaixo, oriunda da análise dos censos demográficos de Moçambique de 1980, 1997e 2007:

Falam Português	Contexto Urbano vs. Contexto Rural	Português como língua de uso doméstico	Português como língua materna
1980 24,4%	////	////	1,2%
1997 39,5%	////	8,8%	6,5%
2007 50,4%	Urbano – 80,8% Rural – 36,3%	12,8%	10,7%

Tabela 4: Uso da Língua Portuguesa em Moçambique (1980-2007)
(Dados do Censo Nacional de Moçambique)

Ainda que esta tabela se refira a dados apenas de Moçambique, aponta para um fenômeno mais geral em relação às novas nações oriundas do antigo império colonial português. Estes novos Estados, uma vez independentes, investiram mais e foram mais bem sucedidos na difusão da língua portuguesa, oficial em todos eles, que Portugal nos 400 anos da ordem colonial, de modo que se nota um crescimento rápido da porcentagem de falantes da língua na população, como mostram os dados do Censo Demográfico moçambicano de 1980 a 2007.

A educação pública, típica de um Estado Nação que instituiu e opera com o conceito de “cidadão”, foi o instrumento básico de difusão do português, acompanhado pelos modernos meios de comunicação de massa, em especial o rádio e a televisão e pelo processo de urbanização. Não foi o caso da prática colonial anterior a 1961, dados os lucros da manutenção da população no estatuto de “indígenas”, estatuto para o qual não falar português era indispensável: os *indígenas* de colônias como Angola ou Moçambique tinham que pagar um imposto para o governo português, com dinheiro que normalmente apenas podiam obter trabalhando para os fazendeiros brancos, através do que funcionava, na prática, a exploração do trabalho colonial. (Meneses, 2009).

Esta tabela mostra que apenas 24,4% da população falava português em 1980, e que apenas 1,2% o tinha como língua materna, figura que passou para 39,5% e 6,5%, respectivamente, em 1997. Já em 2007, 10,7% da população tinha o português como língua materna, enquanto que 50,4% o falavam. Mostrando um rápido crescimento da língua portuguesa no país, torna-se possível a percepção, já expressa em diversas ocasiões, de que o avanço do português poderia vir inclusive a ameaçar a reprodução intergeracional de outras línguas moçambicanas, de origem banto.

A importância desta tabela para o argumento geral deste texto refere-se exatamente ao fato de ela mostrar o rápido crescimento da porcentagem dos falantes de português na população, que dobrou, por exemplo, entre 1980 e 2007. Em se mantendo esta tendência de difusão do português, toda a população moçambicana falará a língua dentro dos próximos 30 a 40 anos como língua segunda, e uma parcela expressiva da população também como materna.

Esta tendência é um indicativo que os dados demográficos e os dados demolinguísticos tendem a convergir no futuro, isto é, que poderemos usar os dados de população com alguma segurança para a análise do número de falantes da língua. A urbanização crescente da população, em países como os PALOP, em que o português é muito mais presente no meio urbano que no meio rural, bem como o crescimento rápido do acesso aos meios massivos de comunicação social, entre eles a Internet via telefone celular, são outros fatores que deve acelerar o aprendizado da língua oficial, em especial considerando a fraca presença das línguas africanas na Internet até o momento.

O crescimento do domínio do português verificado em Moçambique é uma tendência para os demais países de língua oficial portuguesa. Podemos verificar isso concretamente em países que têm censos linguísticos, como Timor-Leste, e pressupor para os demais, a partir de indicativos secundários, dado que os fatores que influem em Moçambique também atuam nos demais países (urbanização, escolarização crescente, maior acesso aos meios de comunicação massivos, etc).

Considerando, portanto, esta tendência, podemos postular que em 2100 os dados demográficos poderão ser lidos com propriedade como dados demolinguísticos e que portanto a população do país tenderá a coincidir com o número dos falantes de português. Se isso é verdade, é muito interessante observar a tabela seguinte, que apresenta as projeções demográficas para o ano de 2100:

ANGOLA	97,34	22,96%
BRASIL	194,53	45,90%
CABO VERDE	0,55	0,13%
GUINÉ BISSAU	5,63	1,32%
GUINÉ EQUATORIAL	2,42	0,57%
MOÇAMBIQUE	112,02	26,43%
PORTUGAL	7,46	1,75%
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	0,57	0,13%
TIMOR-LESTE	3,26	0,77%
TOTAL	423,77	99,96%

Tabela 5: População dos Países de Língua Portuguesa em 2100 (em milhões)

Esta tabela aponta para a quase duplicação do número de falantes de português no mundo (a considerar como número realista em 2015 a cifra de 221 milhões de falantes), com o que o português manter-se-á entre as línguas mais faladas do mundo. Mais importante, para nosso argumento, porém, é a constatação que a população de Moçambique terá passado de 27,12 milhões em 2015 para 112,02 em 2100, enquanto que a de Angola terá passado de 22,82 milhões para 97,34 milhões. Ao mesmo tempo, a população brasileira terá diminuído de 203,66 para 194,53 milhões e a de Portugal diminuído de 10,61 milhões para 7,46 milhões. A tabela indica um crescimento forte do número de falantes de português em todos os países de CPLP, menos no Brasil e em Portugal, que sofrerão um decréscimo, e em Cabo Verde, que terá um pequeno aumento. Dados de períodos intermediários, como os de 2050, mostram que o decréscimo demográfico (e demolinguístico) do Brasil deve começar por volta da metade do século, enquanto que o de Portugal iniciou-se já em 2015, resultados que serão explorados em outro artigo.

O decréscimo populacional do Brasil e de Portugal estão já no contexto do chamado regime de *transição demográfica* ou *transição vital*, que é uma das principais transformações pelas quais vêm passando as sociedades modernas nas últimas décadas. Este regime caracteriza-se pela passagem de um regime com altas taxas de mortalidade e fecundidade/natalidade para outro regime, em que ambas as taxas situam-se em níveis bastante mais baixos. O Brasil é um exemplo:

Entre os anos 40 e 60, o Brasil experimentou um declínio significativo da mortalidade, mantendo-se a fecundidade em níveis bastante altos, produzindo, assim, uma população quase-estável jovem (no sentido de sempre jovem) e com rápido crescimento. A partir do final da década de 60, a redução da fecundidade, que se iniciou nos grupos populacionais mais privilegiados e nas regiões mais desenvolvidas, generalizou-se rapidamente e desencadeou o processo de transição da estrutura etária, que levará, provavelmente, a uma nova população quase-estável, mas, desta vez, com um perfil envelhecido e ritmo de crescimento baixíssimo, talvez negativo. (Carvalho e Rodríguez-Wong, 2008, 598)

A tabela abaixo indica, então, tendências importantes para o futuro da língua:

ÁFRICA MERIDIONAL (ANGOLA + MOÇAMBIQUE)	209,36	49,40%
BRASIL	194,53	45,90%
OUTROS	19,89	4,69%
TOTAL	423,78	99,99%

Tabela 6: Países Lusófonos: peso demolinguístico em três blocos: Brasil, África Meridional e Outros em 2100 (em milhões)

1. A maioria dos falantes da língua portuguesa estarão no cone sul da África em 2100, dados os níveis de crescimento populacional em Moçambique e Angola, acompanhado de perto pelos falantes da América do Sul, isto é, do Brasil;
2. A língua portuguesa já é hoje a língua mais falada no hemisfério sul, e muito mais falada no hemisfério sul que no hemisfério norte. Esta tendência deve se manter e aprofundar até 2100, e o eixo principal ou *coreland* da língua estará na relação entre as duas margens do Atlântico Sul, com extensão até o sul do Índico, espaço que concentrará 403,89 milhões dos 423,78 milhões do total, isto é, 95,30% dos falantes.
3. Fora do eixo de força do Atlântico Sul-Índico, haverá apenas cerca de 20 milhões de falantes da língua, ou menos de 5% do total.

Dentro do eixo do Atlântico Sul, haverá uma vantagem de cerca de 15 milhões de falantes para o conjunto da África Meridional (Angola + Moçambique) em relação ao número de falantes do Brasil:

2100		
ÁFRICA MERIDIONAL	209,36	51,83%
BRASIL	194,53	48,16%
TOTAL	403,89	99,99%

Tabela 7: Número de Falantes de Português: Brasil versus África Meridional em 2100 (em milhões)

Tendo à mão os resultados acima, podemos propor modificações importantes no funcionamento do Sistema de Normas da língua portuguesa no século XXI, com a emergência de novos centros gestores da língua, e portanto, com a ruptura da orientação tributária dos PALOP e Timor-Leste em relação à norma portuguesa, por um lado, e com a abertura do sistema de gestão bicêntrica do português, hoje ainda em vigor, rumo a um sistema pluricêntrico. O grafismo abaixo pretende caracterizar a nova situação da língua portuguesa quanto às suas normas.

O Sistema de Normas do Português em 2100

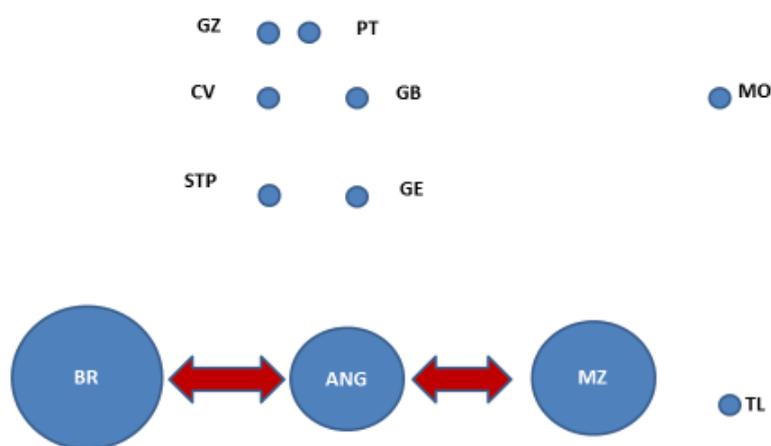


Figura 2: Português: O Sistema de Normas em 2100

Nesta projeção para 2100, três normas nacionais constituirão o principal eixo de força do sistema de normas, as normas brasileira, moçambicana e angolana. Todos os países de língua portuguesa, no entanto, poderiam passar a ser gestores de normas nacionais, pelo menos parcialmente, dado o crescimento do uso da língua em todos eles, o aumento da escolarização em língua portuguesa, a maior penetração da Internet, a criação de novas universidades e institutos de pesquisa, que formam gestores, professores e técnicos capazes de demandar e influir na elaboração de instrumentos normativos de variada ordem, bem como o crescimento da percepção dos ganhos econômicos associados à língua como fator de produção (Oliveira, 2010).

Indicativos para este fenômeno são, ainda, o início da participação de todos os países, via *Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, na elaboração de instrumento multilaterais para a gestão da norma, como é o caso do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), constituído pelos vocabulários ortográficos nacionais dos Estados membros da CPLP, e do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua não materna (PPPLE), que pela primeira vez permite o ensino, a não falantes, das variedades/normas linguísticas dos PALOP e de Timor-Leste (Mendes, 2016).

Evidentemente, a população de um país não é o único fator, nem talvez o mais importante, para a projeção de capacidade (ou de poder) em vários âmbitos, como a de gerir a sua norma linguística e obter vantagens geopolíticas e económica com esta gestão, capacidade esta que podemos incluir no âmbito do chamado *soft-power*, mas sem dúvida alguma, o peso da população condiciona de maneira decisiva a economia e, portanto, todos os outros fatores.

Para além dos fatores ligados à população (número de locutores e taxa de fecundidade), o *Baromètre Calvet des langues du monde*, no âmbito de uma *théorie du poids des langues* (Teoria do Peso das Línguas), por exemplo, estabeleceu ainda como critérios importantes para a determinação deste ‘peso’: 1) a sua entropia, isto é, o seu grau de dispersão pelo mundo, 2) a sua veicularidade, isto é, o interesse que apresenta para falantes de outras línguas, que investem no seu aprendizado, 3) a quantidade de Estados em que é oficial, 4) a tradução, como língua fonte ou como língua fim, 5) o número de prêmios literários internacionais que a língua ganhou, 6) o índice de desenvolvimento humano dos seus falantes (IDH) e finalmente, 7) a taxa de penetração da Internet, e muito especialmente, o número de verbetes que a língua tem na Wikipedia.

É preciso dizer, ainda, que como o controle das normas é uma área económica ativa, com muitos agentes envolvidos (universidades, editoras, etc.) e a sua construção e validade um fenómeno de ‘longa duração’, é evidente que Portugal continuará por bastante tempo a ter um lugar privilegiado na gestão do sistema de normas. Corroboram esta tendência a elevada importância que o país atribui à política da língua, em consonância com o ideário de outros países europeus que foram potências coloniais, o que autoriza investimentos estatais importantes. Finalmente, e justamente por causa desta visão europeia da língua como “mais-valia”, Portugal se beneficia de recursos económicos, técnicos e de pessoal desenvolvidos em comum com outros membros da União Europeia, que o coloca em uma situação privilegiada para as intervenções no Sistema de Normas.

Conclusões

Os dados analisados nas seções anteriores mostram uma transformação geopolítica importante no espaço lusófono durante o século XXI, em função do *regime de transição demográfica* ocorrer em temporalidades diferentes em cada um dos países. Assim, em 2100, a distribuição dos falantes de português nos espaços nacionais onde a língua é oficial será fundamentalmente diferente do que era em 2015, apontando, em primeiro lugar, para um forte crescimento da representação da África Meridional; em segundo lugar aponta para o crescimento relativo do papel dos demais PALOP e Timor-Leste e, em seguida, para o decréscimo relativo do papel demográfico de Portugal e do Brasil.

Uma leitura demolinguística desta nova conjuntura, acompanhada de tendências já em curso desde pelo menos o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, apontam para o crescimento do interesse e da capacidade de gestão da língua por parte dos

PALOP e Timor-Leste, mormente no quadro do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP/CPLP) (Oliveira, 2015).

Os dados e argumentos apresentados acima alertam para a necessidade de uma pesquisa sistemática, em demolinguística, das projeções de futuro para as línguas, de modo a entender também as tendências dos seus processos de normatização e gestão e, portanto, para a construção da instrumentação linguística de modo adequado para as necessidades emergentes dos falantes.

Nesse sentido, o atual texto pode ajudar a visualizar que o português evolui de uma *língua bicêntrica* para uma *língua pluricêntrica*, e de *língua nacional* de dois países para uma *língua internacional*, de gestão multilateral, tendência, de resto, de boa parte das grandes línguas de *fonias*, isto é, compartilhadas por diversos países.

Como indicativo para as pesquisas futuras, esta tendência aponta para a necessidade de se ultrapassar o *programa nacional*, hoje em vigência na pesquisa universitária, que tem por cerne a oposição PB (português brasileiro) versus PE (português europeu, isto é, de Portugal) e o desinteresse pelas variedades/normas emergentes dos demais países. Em vez dessa dicotomia, as tendências demolinguísticas em curso apontam para a necessidade reforçada de pesquisa sobre o português angolano e moçambicano e para uma atenção especial à emergência dos esforços normativos dos demais PALOP e de Timor-Leste.

Carvalho e Rodríguez-Wong nos lembram, para finalizar, que o olhar sobre o futuro é essencial para a construção de políticas públicas, e dentre elas, evidentemente, também para as políticas linguísticas:

Em um país caracterizado pelo imediatismo, onde a sociedade não tem tradição de pensar e, conseqüentemente, assumir posições políticas que tenham como objetivos resultados no médio e longo prazos, a muitos pode parecer um simples exercício acadêmico, sem praticidade alguma, visualizar e analisar a evolução do tamanho e da estrutura da população (brasileira) nas próximas quatro ou cinco décadas. No entanto, há que se definir e implantar políticas públicas, de modo a tirar proveito das oportunidades criadas e a enfrentar os desafios a serem gerados pelo novo padrão demográfico. (Carvalho e Rodríguez-Wong, 2008, 598)

Com uma evolução do Sistema de Normas do português em direção à uma gestão pluricêntrica e multilateral, podemos complementar o conceito central deste texto, apresentado na primeira seção. Para além de ser a “relação de força entre as diferentes normas”, o Sistema de Normas é, também, “um espaço negociado de variação linguística, hospedado especificamente em um dispositivo de construção e gerenciamento COMUNS, e que propõe usos linguísticos obrigatórios ou opcionais”.

Referências

BORGES, Gabriel Mendes; CAMPOS, Marden Barbosa de e SILVA, Luciano Gonçalves de Castro e. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes e JARDIM, Antonio da Ponte. Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI: Subsídios para a projeção da população. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

CALVET, Louis-Jean (2012). Nouvelles perspectives sur les politiques linguistiques: le poids des langues. Rio de Janeiro, *Gragoatá*, 17(32).

CARVALHO, José Alberto Magno de e RODRÍGUEZ-WONG, LAURA I. DE. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. In: Cadernos de Saúde Pública vol.24 no.3 Rio de Janeiro Março de 2008.

CLYNE, Michael. *Pluricentric languages. Differing norms in different nations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1992.

FERREIRA, J. P., Maarten Janssen, Gladis de Barcellos Almeida, Margarita Correia, Gilvan Müller de Oliveira (2012). The Common Orthographic Vocabulary of the Portuguese Language: a set of open lexical resources for a pluricentric language. In Nicoletta Calzolari (Conference Chair), Khalid Choukri, Thierry Declercq, Mehmet Uğur Doğan, Bente Maegaard, Joseph Mariani, Jan Odijk e Stelios Piperidis (eds.) Proceedings of the Eight International Conference on Language Resources and Política linguística e internacionalização... Trab. Ling. Aplic., Campinas, n(52.2): 409-433, jul./dez. 2013 433 Evaluation (LREC'12), pp. 1071-1075. [sl]: European Language Resources Association (ELRA). ISBN:978-2-9517408-7-7.

HAUGEN, Einar (1983). The implementation of corpus planning: theory and practice. In Cobarrubias, Juan e Fishman, Joshua (Ed.) Progress in language planning: international perspectives. Berlin, Walter de Gruyter (Contribution to the sociology of language; 31).

LEITE, Marli Quadros. Língua falada: uso e norma. In: Preti, Dino (Org.). Estudos de língua falada: variações e confrontos. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2006, 2ª. Edição, 236p.

ONU, Population Division, Department of Economic and Social Affairs. 'About us'. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/about/index.shtml>. Acesso em 12/01/2016.

MENDES, Edleise. *Multilinguismo, ensino e formação intercultural do professor de línguas*. 2016 (Prelo).
_____ (2016, no prelo). No-dominant varieties of Portuguese: how to teach them.

MENESES, Maria Paula G. (2009). O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais. Disponível em:

https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/693_04%2520%2520Paula%2520Meneses%252023_06.pdf. Acesso em: 12/01/2016.

MUHR, Rudolf. Linguistic dominance and nondominance in pluricentric languages: a typology. In: MUHR, R. (Ed.) *Nondominant varieties on pluricentric languages*. Getting the pictures. In memory of Michael Clyne. Wien: Peter Lang, 2012.

_____ (2013): Codifying linguistic standards in non-dominant varieties of pluricentric languages – adopting dominant or native norms? In: Rudolf Muhr /Carla Amorós Negre et.al. (eds.): *Exploring Linguistic Standards in Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages*. Peter Lang Verlag. Frankfurt a.M. / Wien u.a., 11-45.

NUNES, José Horta (2015). Projetos de dicionários na Academia Brasileira de Letras. In *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)*, Volumen XIII (2015). No 1 (25), p. 35-52.

OLIVEIRA, Gilvan M. de (2010). O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. In: *Synergies Brésil* no. Special 1, p. 21-30

_____ (2013). Política linguística e internacionalização: A língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas- SP, n(52.2): 409-433, jul./dez.

_____ (2015). O Instituto Internacional da Língua Portuguesa e a gestão multilateral da Língua Portuguesa no âmbito da CPLP. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)*. Vol.XIII (2015) no. 1 (25), p. 19-34.

REIS, Carlos (2008). Entrevista: Está na moda aprender português, 1º. Caderno, p. 20. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>. Acesso em: 10/01/2016.

SANTOS, Ângela (2010). O português moçambicano entre o português brasileiro e o português europeu. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 12 (1), p. 27-39.